

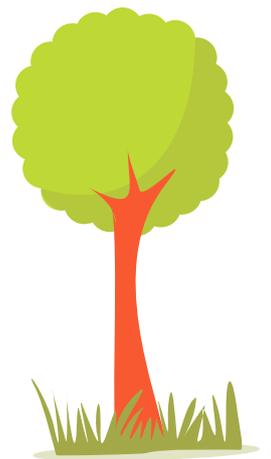
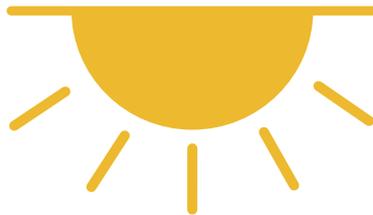
50

PRO
POS
TAS

ecossocialistas

PARA AS

CIDADES



As propostas apresentadas neste documento constituem medidas ecossocialistas concretas para subsidiar o discurso dos candidatos à prefeitura e vereança do PSOL nas eleições municipais de 2016. Elas foram formuladas com base na percepção de que a efetividade das políticas ambientais depende de uma abordagem transetorial e da criação de mecanismos institucionais que tornem a governança das cidades mais permeável à participação popular. Os principais eixos desse programa dizem respeito ao incentivo de energias limpas, uso racional da água, fomento a modelos de alimentação alternativos à agropecuária industrializada, ênfase no transporte público, gerenciamento de resíduos sólidos e na criação/preservação de áreas verdes. Embora a formulação destas propostas tenha procurado levar em conta a diversidade das realidades dos municípios paulistas, entendemos que elas oferecem um referencial que deverá ser readequado em cada cidade à luz das especificidades locais.

Todas as propostas só são viáveis com a participação popular.



1 **TARIFA ZERO**

Nas grandes cidades brasileiras a principal fonte de poluição atmosférica é o uso do transporte automotivo. A implementação da tarifa zero deve incentivar o uso do transporte coletivo.

2 **AMPLIAÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO**



3 **AMPLIAÇÃO/IMPLEMENTAÇÃO DE TRANSPORTE PÚBLICO 24 HORAS**

É preciso criar medidas para que as pessoas não optem pelo automóvel com base em critérios de praticidade. Além disto, ampliar o direito à cidade para a população que não possui automóvel particular.

4 **SUBSTITUIÇÃO PROGRESSIVA DO DIESEL PELOS BIOCOMBUSTÍVEIS NAS FROTAS DE ÔNIBUS.**



Essa medida reduziria a poluição atmosférica e contribuiria para mitigar mudanças climáticas.

5 **PLANEJAMENTO E PROJETO QUE VIABILIZEM O USO DA BICICLETA, CONECTADO A OUTROS MODAIS, DE FORMA A GARANTIR A MOBILIDADE PLENA.**



A bicicleta é um meio de transporte não poluente e que propicia estilos de vida mais saudáveis.

6 **COMITÊS POPULARES DE GESTÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO.**

Os usuários são aqueles que melhor conhecem as deficiências do transporte público. É fundamental a participação popular para o gerenciamento das questões relacionadas.

INSPEÇÃO VEICULAR OBRIGATÓRIA.

7

A poluição atmosférica é uma das principais responsáveis pela incidência de doenças cardiorrespiratórias, principalmente entre crianças e idosos. Com a inspeção veicular rigorosa, as substâncias poluentes que causam estas doenças poderiam ser consideravelmente minimizadas.

REGULARIZAÇÃO DA PUBLICIDADE EM ESPAÇOS PÚBLICOS.

8

utdoors, painéis, etc. contribuem para poluição visual nas cidades, acarretando em desconforto na cidade. Além de mercantilização do espaço público.

PAVIMENTAÇÃO DRENANTE/PERMEÁVEL EM ÁREAS VULNERÁVEIS À ALAGAMENTOS.

9



PLANEJAMENTO HABITACIONAL QU NÃO COMPROMETA A PRESERVAÇÃO DAS ÁREAS DE MANANCIAIS E ÁREAS VERDES.

10

É preciso combater a especulação imobiliária que gentrifica populações para áreas periféricas, zonas de risco e de preservação ambiental. Não menos importante, é evitar a construção de condomínios de luxo em unidades de conservação ambiental.

PROPICIAR ALTERNATIVAS HABITACIONAIS PARA QUE FAMÍLIAS NÃO CONSTRUAM SUAS MORADIAS EM ÁREAS DE RISCO.

11



Todos os anos, particularmente nos períodos chuvosos, nos deparamos com desmoronamentos e deslizamentos de terra nas encostas que resultam na morte de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Estas mortes poderiam ser evitadas, caso os interesses da especulação imobiliária não implicassem em um elevado número de habitações ociosas.

12

CRIAÇÃO DE PROGRAMA DE COLETA E USO DE ÁGUAS PLUVIAIS QUE CONTEMPLE EDIFÍCIOS PÚBLICOS E PRIVADOS.



Aumentar a oferta de água e reduzir inundações.

13

UNIVERSALIZAÇÃO DA COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS EM TODO MUNICÍPIO, COM GESTÃO PÚBLICA E SEM TERCEIRIZAÇÕES.

Promove a melhoria da qualidade de vida, previne doenças e evita poluição de rios e mananciais.

14

REFORÇAR A INTEGRAÇÃO ENTRE AS VIGILÂNCIAS AMBIENTAL, EPIDEMIOLÓGICA E SANITÁRIA.

Leptospirose, dengue, cólera giardíase, entre outras doenças, seriam combatidas de maneira mais efetiva caso as políticas de saúde fossem integradas às políticas ambientais.

15

AMPLIAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DA ÁGUA DE REUSO PARA FINS NÃO-POTÁVEIS (LIMPEZA URBANA, REGA DE PARQUES/JARDINS E SANITÁRIOS).

Solução racional para diminuir o consumo de água potável e geração de esgoto.

16

MANUTENÇÃO CONSTANTE NA REDE DE ÁGUA VISANDO REDUZIR AS PERDAS NA TUBULAÇÃO.



O Estado de São Paulo registrou em 2014 perdas de 33% de água tratada na rede de abastecimento.

**PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS
NA DESPOLUIÇÃO, DESASSOREAMENTO E
DESCANALIZAÇÃO PREVENDO RECONSTITUIÇÃO
DE MATAS CILIARES NOS CORPOS D'ÁGUA
(RIOS, CÓRREGOS, LAGOS, LAGOAS E REPRESAS).**

17

Tendo em vista o fracasso dos projetos estaduais de despoluição dos rios, é necessário engajar as populações locais na discussão de alternativas para a melhoria da qualidade dos corpos d'água

**CRIAÇÃO DE COMITÊS POPULARES
DE RECURSOS HÍDRICOS
E SANEAMENTO MUNICIPAIS.**

18

As soluções para o problema de falta d'água não podem se restringir à implementação de medidas técnicas. É preciso também que se desenvolvam novos modelos institucionais para uma governança hídrica popular e democrática.



**FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS
POPULARES DE GESTÃO DOS PARQUES E
CRIAÇÃO DE UMA REDE INTERMUNICIPAL
PARA REVERTER A LEI ESTADUAL QUE
APROVA A CONCESSÃO DE PARQUES
PÚBLICOS À INICIATIVA PRIVADA.**

19

As políticas ambientais devem ter protagonismo popular e sobrepor os interesses públicos ao capital privado.

**OS MUNICÍPIOS DEVEM SER
PERMEÁVEIS À PARTICIPAÇÃO POPULAR
NA ELABORAÇÃO DOS ZONEAMENTOS
ECOLÓGICOS E ECONÔMICOS (ZEE).**

20

É necessário que as audiências públicas e a participação da sociedade civil de modo geral sejam elementos significativos para a formulação e implementação dos ZEE.

21

AVALIAÇÃO DE ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL OCUPADAS ONDE HOVER OCUPAÇÕES CONSOLIDADAS

22

CRIAÇÃO DE NOVOS PARQUES E PROJETOS DE ARBORIZAÇÃO



Fortalecer as lutas por parques municipais.

23

OFERECER APOIO ORGANIZATIVO ÀS ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DOS DIREITOS ANIMAIS

Oferecer suporte para a adoção de animais abandonados, no caso de domésticos, e coibir quaisquer maus-tratos.

24

TRANSFORMAÇÃO GRADATIVA DE ZOLÓGICOS EM SANTUÁRIOS.

25

FISCALIZAÇÃO EFETIVA DOS MUNICÍPIOS SOBRE AS RESERVAS LEGAIS (RL)

As Reservas Legais cumprem o papel de evitar o desmatamento e perda de biodiversidade.

26

PLANOS ECO TURÍSTICOS SUSTENTÁVEIS

27

RESPEITO AOS DIREITOS TERRITORIAIS DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS, INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

Atividades econômicas como agricultura e mineração não podem desarticular as formas tradicionais de sociabilidade e integração ao meio ambiente.

**CRIAÇÃO DE PROGRAMAS DE
FORMAÇÃO CONTINUADA EM AGROECOLOGIA,
PERMACULTURA E SISTEMAS AGROFLORESTAIS**

28

**FOMENTO ÀS HORTAS URBANAS,
À PERMACULTURA, AGRICULTURA ORGÂNICA,
AGROECOLOGIA E SISTEMAS AGROFLORESTAIS**

29

Esses modelos são mais integráveis aos ecossistemas locais e seus produtos não oferecem riscos à saúde humana comprovando, assim, a existência de alternativas viáveis ao latifúndio e à monocultura.

**APROVAÇÃO DE LEIS RESTRITIVAS
AO CULTIVO DE TRANSGÊNICOS**

30

Com base no princípio da precaução, não devemos submeter as populações ao consumo de alimentos não comprovadamente seguros e que representem ameaças à biodiversidade.

**GARANTIR QUE O ABASTECIMENTO
DA MERENDA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS
SEJA FEITO COM ALIMENTOS ORGÂNICOS E
PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR**

31

Os estudantes precisam ter garantido seu direito a uma alimentação saudável.



**FEIRAS MUNICIPAIS DE PRODUTOS
ORGÂNICOS E AGROECOLÓGICOS,
ALÉM DA REESTRUTURAÇÃO DOS SACOLÕES.**

32

A comercialização de alimentos orgânicos pode ser ampliada com medidas do poder público para tornar estes produtos mais acessíveis e baratos.

**PROMOVER PROGRAMAS,
NO ÂMBITO DA SECRETARIA DA SAÚDE,
QUE PROMOVAM A PRODUÇÃO E USO DE
MEDICAMENTOS FITOTERÁPICOS,
SE POSSÍVEL PRODUZIDOS LOCALMENTE**

33

34

CONSTITUIÇÃO DE GRUPOS DE TRABALHO DESTINADOS À FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE AO DESPERDÍCIO

Essa orientação consistiria em fomentar pesquisas que tivessem como foco inovações destinadas a diminuir a pressão sobre os recursos naturais.

35

CRIAÇÃO DE CAMPANHAS MUNICIPAIS DO “DIA DA ALIMENTAÇÃO SEM CARNE”

A pecuária é altamente impactante do ponto de vista da liberação de gás metano, do uso da água e do desmatamento. A redução ou interrupção do consumo de carne não acarreta em prejuízos à saúde e reduz impactos ambientais.

36

INCENTIVO À COMPOSTAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS ORGÂNICOS COMO ALTERNATIVA AO USO DE FERTILIZANTES QUÍMICOS.

Os fertilizantes químicos são produzidos por meio de derivados do petróleo ou de processos de mineração com forte impacto ambiental. É possível substituir o uso destes insumos industriais por “adubação verde”. Essa medida também viabilizaria uma alternativa sustentável para o problema dos resíduos sólidos orgânicos.

37

APROVEITAMENTO ENERGÉTICO DO GÁS METANO RESULTANTE DA DECOMPOSIÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS ORGÂNICOS

A decomposição da matéria orgânica libera gás metano, que é um agravante do efeito estufa, mas pode ser aproveitado para fins energéticos.

38

COLETA SELETIVA DE LIXO, RECICLAGEM E APOIO ÀS COOPERATIVAS DE CATADORES

Esse conjunto de medidas diminui a pressão sobre os recursos naturais, dissemina a consciência ambiental entre a população e fortalece o papel dos catadores como agentes ambientais comunitários.

**OFERECER SUPORTE PARA AS REDES
QUE PROMOVEM AS TROCAS
E DOAÇÕES DE PRODUTOS USADOS**

39

Trata-se de um mecanismo de incentivo à economia solidária e da criação de modelos alternativos ao consumismo.

**PELO REFORÇO À TRANSVERSALIDADE
DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.**

40

A educação deve ter como um de seus propósitos a formação de uma perspectiva crítica acerca do modelo predatório de desenvolvimento e consumo.

**CRIAÇÃO DE PONTOS
DE CULTURA SOCIOAMBIENTAIS.**

41

Estes locais tem a função de promover a educação ambiental de forma descentralizada

**ESTABELECEER PROGRAMAS DE ARBORIZAÇÃO
QUE RESPEITEM O MÍNIMO SUGERIDO PELA
OMS DE UMA ÁRVORE POR HABITANTE**

42

Os programas de arborização combinam “sequestro de carbono”, regulação da temperatura, além de criar um ambiente urbano mais agradável.

**INCENTIVO ÀS INICIATIVAS
DE READEQUAÇÃO DOS EDIFÍCIOS SEGUNDO
OS CRITÉRIOS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA**

43

As prefeituras precisam disseminar os conhecimentos arquitetônicos que permitem a readequação das construções de modo a reduzir o consumo de eletricidade para fins de climatização, ventilação e iluminação. Os prédios municipais devem servir como base para desenvolvimento de projetos piloto.

44

INSTALAÇÃO PROGRESSIVA DE PAINÉIS SOLARES NOS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS (ADMINISTRAÇÃO, ESCOLAS, POSTOS DE SAÚDE, ETC.)

Os municípios devem ter como horizonte a utilização de fontes de energias limpas.

45

DESCONTO NO VALOR DO IPTU PARA FAMÍLIAS QUE INSTALAREM PAINÉIS E/OU AQUECEDORES SOLARES EM SUAS RESIDÊNCIAS



O valor específico do desconto deve levar em conta a realidade fiscal de cada município, mas serviria como incentivo para amortizar os custos iniciais dos painéis. As prefeituras também devem considerar a viabilidade de organizar consórcios para a aquisição massiva de painéis e aquecedores solares.

46

FOMENTO À INSTALAÇÃO PÚBLICA E/OU PRIVADA DE JARDINS VERTICAIS

As paredes cobertas por vegetação produzem conforto térmico, redução da poluição e do ruído externo.

47

INCENTIVO À APLICAÇÃO DE TETOS VERDES EM EDIFÍCIOS PÚBLICOS E PRIVADOS.

48

AS CIDADES COM MAIS DE 100.000 HABITANTES DEVEM POSSUIR INVENTÁRIO DE EMISSÕES E PLANOS ESTRATÉGICOS PARA A MITIGAÇÃO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS.

O combate às mudanças climáticas deve ser reduzido nas diferentes esferas de governança, e os municípios devem assumir compromissos de redução das emissões dos gases responsáveis pelo efeito estufa.

**LICENÇAS AMBIENTAIS DE EMPREENDIMENTOS
COM A EMISSÃO SIGNIFICATIVA DE GEE
(GASES RESPONSÁVEIS PELO EFEITO ESTUFA)
SÓ SERÃO CONCEDIDAS MEDIANTE
APRESENTAÇÃO PELA EMPRESA
RESPONSÁVEL DE UM PLANO DE MITIGAÇÃO
DE EMISSÕES E MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO.**

49

**APROVAÇÃO DE LEIS RESTRITIVAS
AO FRACKING NOS MUNICÍPIOS
QUE POSSUÍREM RESERVAS DE GÁS XISTO**

50

Estima-se que existem municípios no Estado de São Paulo que possuem reservas de gás xisto. Tendo em vista os altos impactos ambientais de sua extração e utilização, defendemos que se desconsidere o gás xisto como componente da matriz energética.



SETORIAL ECOSOCIALISTA
PSOL SP - 2016